**Direitos políticos das mulheres**: a participação feminina no parlamento.[[1]](#footnote-1)

Camilla Vilela Rodrigues Pereira \*

Luana Francisca Martins Abreu \*\*

**Sumário: Introdução; 1. Igualdade nas relações de gênero; 2. Movimentos Feministas; 3. Trajetória da participação política feminina; 4. Cotas eleitorais; 5. Participação feminina no parlamento; Considerações finais.**

**RESUMO**

O presente estudo busca mostrar uma formatação da representação feminina na política brasileira, numa sociedade ainda patriarcal, mas que se desenvolve de maneira dinâmica avançando de um lado e do outro se mantendo presa a legados incorporados historicamente. O enfoque principal será dado a participação feminina na esfera parlamentar, inclusive procura mostrar como a adoção do sistema federal no Brasil propiciou os seus primeiros passos no engajamento partidário. As informações apresentadas nos estimulou para uma melhor compreensão no tocante a participação política, onde a mulher pode vir a ser o ponto de equilíbrio para os conflitos que regem a humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: participação feminina, vida política, parlamento brasileiro.

**INTRODUÇÃO**

O cenário que conduz o presente artigo tem por escopo ilustrar a participação feminina no parlamento, de modo a revelar a busca pela igualdade, dentro de uma sociedade que ainda se encaixa nos parâmetros patriarcais.

Daremos ênfase à participação feminina na política como premissa para a consolidação da democracia e as suas múltiplas formas de exercício. Abordaremos também a incorporação do termo “gênero” às políticas públicas através das cotas eleitorais destinadas as mulheres.

Por fim investigamos se o desenvolvimento da política do nosso país, ou melhor, da democracia estabelecida em nossa nação, enfeixa relações de poder que contribuem para ampliar a assimetria entre homens e mulheres no campo político.

**1. IGUALDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Há duas condições para a constituição de uma federação conforme Burgess (1993), a primeira delas é a existência de discursos e práticas que defendam a integridade territorial frente à autonomia local. Isso se traduz no principio federalista, na preocupação de acomodar unidade e diversidade. A existência de heterogeneidades que conformam uma determinada unidade nacional é a segunda razão para a formação de uma federação. Em países com desigualdades nas relações de gênero, por exemplo, a federação é vista como a resposta institucional mais adequada para a organização territorial do poder, um dos motivos para isto é fundada no respeito à igualdade, uma vez que o federalismo tem o potencial de fundar relações baseadas nos diferentes caminhos de pertencimento do cidadão ao Estado.

O momento da elaboração da nova constituição brasileira foi fundamental, para que as mulheres, a partir de sua atuação conquistassem direitos legais e obtivesse legitimidade para suas reivindicações, inclusive na esfera da política institucional. Nesse período foram criados os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais da Condição Feminina, as delegacias da mulher, os coletivos de mulheres nos partidos e sindicatos, a implementação da Lei das Cotas.

Buscou-se no Federalismo a forma de Estado que melhor pudesse atingir os objetivos da República Brasileira, como expresso no Artigo 3º da Constituição, no tangente à erradicação da pobreza, marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

Após a Proclamação da República, em 1889, no limiar de sua luta, as mulheres fundaram na capital federal o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era o de promover a cooperação entre as mulheres na defesa de suas causas, fomentando o progresso do país. E esse partido teve como mérito inegável trazer a ânsia feminina para o debate público: o pleito das mulheres por uma cidadania plena.

Entretanto, não basta que o país seja federalista para assegurar que a igualdade entre gêneros seja respeitada. Há outras maneiras para acomodar a diversidade, como a implementação de políticas desenhadas para assimilar elementos heterogêneos em relação à cultura majoritária, a provisão de direitos humanos e culturais e o estabelecimento de arranjos formais e informais que garantem aos vários grupos um lugar na tomada de decisão em nível nacional.

**2. MOVIMENTOS FEMINISTAS**

O protagonismo exercido pelo movimento de mulheres assume relevância – pensamento e prática – no estabelecimento de formas alternativas de interlocução entre Estado e sociedade e na instauração de políticas públicas voltadas a garantir os direitos humanos das mulheres e a equidade de gênero.

O impacto proporcionado pela ação política do movimento feminista é responsável pela gradativa mudança de mentalidade que vem se processando na sociedade e que têm contribuído para a transformação da condição social das mulheres nas últimas décadas.

Os movimentos feministas nas palavras de Valente (2004) [[2]](#footnote-2) podem ser considerados possivelmente o fenômeno subversivo mais significativo do século XX por sua ruptura paradigmática com uma cultura política profundamente autoritária e excludente para as mulheres e outros atores não hegemônicos. Esses movimentos exercem um questionamento profundo aos pensamentos únicos sobre as relações humanas e os contextos sociopolíticos, econômicos, culturais e sexuais.

Hall (1997) afirma que o feminismo questionou a clássica distinção entre o ‘dentro’ e o‘fora’, o "privado” e o “público’. O slogan do feminismo universal era ‘o pessoal é político’. O movimento abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças e outros. Ele também enfatizou como questão política e social, o tema da maneira como somos formados e produzidos como sujeitos possuidores de gêneros. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação: de homens e mulheres, mães e pais, filhos e filhas.

A história da participação da mulher no parlamento tem como marco inicial à conquista do direito ao voto que se deu em 1932. Essa conquista é resultado da luta contínua do movimento feminino sufragista, que teve início com o intermédio das mulheres pertencentes à elite econômica e cultural, que após retornarem de estudos no exterior, começaram a organizar-se em movimentos em busca do sufrágio. Em 1928, o direito de voto das mulheres é conquistado no Rio Grande do Norte e depois estendido a nove estados brasileiros, até que, em 1932, é incorporado ao Código Eleitoral do período pós-revolução de 1930 de Getúlio Vargas e, em 1934, à Constituição Brasileira. Contudo, a obrigatoriedade plena do voto para todas as mulheres nos mesmos termos que para homens só foi instituída pela Constituição de 1946.

Desde a conquista do sufrágio, as brasileiras vêm, aos poucos, ocupando o espaço político e lutando pelos direitos das mulheres por intermédio dos movimentos feministas. Os movimentos feministas são parte importante na história das sociedades, pois foram os incentivadores da luta pela conquista dos Direitos das Mulheres.

**3. A TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA**

As mulheres iniciaram sua vida partidária com a eleição da primeira mulher á câmara federal em 1934. Na Constituinte de 1987, por exemplo, a presença feminina tornava-se expressiva em relação ao passado: 26 mulheres parlamentares participaram dos debates conjuntamente com 500 homens, este fato ocorreu no período entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988. Suas presenças foram muito significantes, por elaborar e participar ativamente da promulgação da Carta Magna de 1988. Foi a partir dessa Carta Magna que as mulheres tiveram pela primeira vez, escrito no Brasil, seus direitos de igualdade, outrora só legado aos homens. Nessa mesma constituinte foram debatidos os rumos de um novo estado democrático para o país.

A década de 90 foi considerada favorável às mulheres em relação à participação política no Brasil. Houve um aumento importante no percentual de presença feminina nos cargos políticos, particularmente, de representação legislativa. O avanço tem sido atribuído a alguns fatores, entre os quais cabe destacar o impulso conferido pela IV Conferência Mundial da ONU sobre a mulher ocorrida em Pequim na China, que destacou particularmente a importância da equidade de gênero nas instâncias decisórias; a adoção de medidas especiais, tais como as políticas de ação afirmativa e as cotas, que criaram mecanismos de estímulo à inserção feminina nas administrações públicas e na competição eleitoral.

A participação das mulheres na política tem contribuído para construção da democracia e da cidadania, uma vez que, elas constituem mais da metade da população brasileira correspondendo a 51,5% do eleitorado segundo dados do TSE. No entanto é relevante enfatizar que a questão da participação da mulher na política ainda é um fenômeno em construção; os espaços políticos inicialmente ocupados pelos homens ainda está permeado por concepções preconceituosas da não preparação da mulher para assumir cargos públicos com efetiva possibilidade do exercício do poder. Tal participação política ainda não é estável ou plena, mas algo que está sendo construído paulatinamente.

**4. COTAS ELEITORAIS**

As cotas de representação por sexo vêm a garantir o acesso das mulheres às instâncias políticas. Essa conquista vai se colocando, aos poucos, como uma forma incisiva de se fazer política, contribuindo para a redução das desigualdades entre homens e mulheres nas hierarquias das estruturas de poder afirmando a necessidade de sua redistribuição, afirmando a igualdade entre os sexos, já que impõe limite para um patamar máximo de ocupação de vagas de candidaturas para ambos os sexos. Esse sistema contribui para a superação da concentração de poder entre os homens.

No Brasil a leis de cotas nº. 9100/95, proposta pela então deputada Marta Suplicy, inicialmente estabeleceu a percentagem mínima de 20% para reservas das vagas dos partidos políticos. Tal decisão foi ampliada pela Lei n° 9.504/97 estabelecendo que, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

A minireforma eleitoral resultou na Lei 12.034/09, que inaugurou avanços significativos para o empoderamento das mulheres nos espaços de poder e decisão. Alterou a redação da Lei 9.504/97 de “deverá reservar” para “preencherá”, ou seja, tornou obrigatório o cumprimento do percentual de 30% de candidaturas femininas apresentadas por partidos ou coligações para os cargos proporcionais. Vale ressaltar que, juntamente com essa alteração, outras duas medidas foram aprovadas com o objetivo de fortalecer a participação política feminina: 10% do tempo de propaganda partidária e a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a formação política e o incentivo à participação feminina.

Apesar da conquista dos movimentos feministas pela aprovação da lei de cotas, a própria legislação estabeleceu brechas para o não cumprimento dos 30%. Uma das dificuldades encontradas para obter a eficácia da Lei, ocorre quando não são preenchidas os 30% das vagas femininas, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE entende que neste caso não se pode ser preenchidas as vagas restantes por pessoas do outro sexo, podendo assim a chapa ser registrada, ainda que incompleto com o percentual inferior ao determinado pela Lei, ou seja, apesar do TSE não permitir mais que 70% das vagas sejam ocupadas por um dos sexos, admitisse o registro da chapa com o percentual inferior aos 30%, esse tipo de política não é eficaz para a garantia do direito de Cotas, tornando a lei apenas mais uma conquista normalística.

Em relação ao pleito decorrido um levantamento feito pela Secretaria de políticas para as Mulheres demonstra que, apenas 17,3% dos partidos em todos os estados e no Distrito Federal respeitou a lei de cotas para as mulheres. O estado que proporcionalmente mais respeitou a lei de cotas foi o Mato Grosso do Sul, onde 54,54% dos partidos ou coligações cumpriram o percentual mínimo de candidaturas femininas. Goiás foi o estado em que os partidos e coligações menos cumpriram a lei, com apenas 5,26% dos partidos atingindo o percentual mínimo de 30%. Em quatro estados: Espírito Santo, Maranhão, Paraíba e Tocantins nenhum partido/coligação alcançou o previsto.

O desrespeito a lei ocorre por não haver punição para os casos de descumprimento das cotas. Cabe a Justiça Eleitoral definir caso a caso o que será feito com os partidos que não atingiram a cota mínima de 30%.

Cabe ressaltar uma peculiaridade da experiência brasileira, na adoção das cotas por sexo para candidaturas, é a forma como aqui a eleição se realiza. No Brasil, o voto é dado a uma ou um determinado candidato, que tem que necessariamente pertencer a um partido político. Secundariamente, pode-se votar apenas na legenda. Os votos dados a todos os candidatos de uma mesma legenda são somados. A soma desses votos deve atingir um montante que chamamos de coeficiente eleitoral A grosso modo, cada vez que o partido atinge o tal coeficiente, tem assegurada uma cadeira na Câmara dos Deputados.

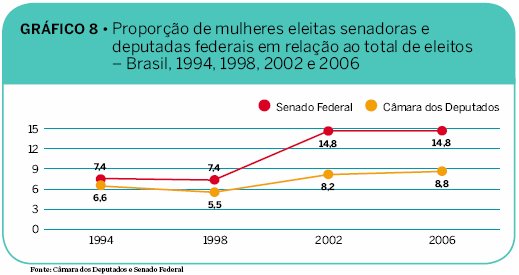
Se um partido atingir dez vezes o coeficiente eleitoral, então, os 10 nominalmente mais votados daquela agremiação estarão eleitos, ainda que sejam todos homens. Assim, na legislação brasileira o que se assegura, com o dispositivo aprovado, é uma reserva mínima de vagas para candidaturas. As quotas são para as candidaturas, não para os eleitos. Isto significa, por exemplo, que uma candidata pode ser muito bem votada e não se eleger, se o partido pelo qual concorreu tiver um coeficiente eleitoral baixo.

**5. PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PARLAMENTO**

A participação das mulheres no parlamento, ainda é bastante reduzida, as mulheres ainda são sub-representadas na política brasileira. Segundo o último ranking divulgado pela União Interparlamentar (IPU), as mulheres ocupam 19,2% dos Parlamentos em 187 países analisados.

Apesar de lento, o crescimento é constante, uma média de 0,5% ao ano. Para fazer uma comparação, em 2005 as parlamentares eram apenas 11,3% no mundo. De acordo com a IPU, 15 anos após a “4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres”, em Pequim, na China, houve progressos importantes sobre a participação feminina no Parlamento e no Poder Executivo em governos de diversos países.

O Brasil ocupa a 104ª posição, com 8,8% de deputadas e 14,8% de senadoras, conforme o gráfico a seguir. As projeções são de que o país siga a tendência mundial e aumente a participação feminina no Parlamento. Tal expectativa tem relação com o número recorde de candidaturas ao cargo de deputada federal, 1.353, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2006 e 2002, foram 737 e 490 candidatas, respectivamente.



Observa-se que a despeito do grande avanço ocorrido nos últimos 30 anos, a participação feminina na Câmara e Senado Federais ainda é muito baixa.

Pesquisa realizada pelo IPSOS revela que, atualmente, 67% dos brasileiros considera importante e necessária a participação da mulher no cenário político nacional por considerá-las capazes de governar ou legislar com competência. Em universo similar, ainda diz a pesquisa, 57% dos entrevistados dizem que já votaram em alguma candidata.

A pesquisa ainda revela que 31% dos eleitores brasileiros, quer dizer, quase um terço do eleitorado ainda rejeita a mulher no poder. Vale à pena citar a pesquisa realizada por Marchi (2008) que afirma que a decisão de votar nas mulheres depende do nível do cargo: 80% votariam numa mulher para vereadora, mas o percentual vai caindo pouco a pouco, quando se trata de cargos majoritários: 78% votariam numa mulher para prefeita; 76% para deputada estadual; 75% para deputada federal, 73%, para senadora; 72% para governadora de Estado; e, finalmente, 69% para presidente da República. Quer dizer, 19% dos entrevistados não admitem a hipótese de votar numa mulher nem para ocupar cargo de vereadora e 30% negam essa possibilidade para cargo de presidente. Na questão da aceitabilidade da mulher na política no Brasil, há um dado curioso: 48% dos entrevistados acreditam que a mulher é mais honesta que os homens e somente 6% acreditam que o homem é mais honesto.

Nas eleições ocorridas neste ano já sentimos o peso da mudança propiciado pela minireforma eleitoral no que tange as cotas, a começar pelas candidaturas á Presidência da República em que houve 12 candidaturas sendo 10 homens e 2 mulheres. Uma pesquisa de intenção de voto feita pelo Instituto VOX POPULI divulgada no mês de maio mostrou que pela primeira vez na democracia brasileira, duas mulheres passaram a ter mais intenções de voto do que os homens. Na pesquisa, o ex-governador de São Paulo, José Serra ficou com 35% das intenções de voto. Os outros 9 candidatos, juntos, no máximo, somaram 3% dos votos. Portanto, no conjunto, a intenção de votos de todos os homens fica em torno de 38% do total.

Já as mulheres, Dilma Rousseff (PT) com 38% de intenções de voto e Marina Silva (PV) com 8%, somaram um total de 46% de intenções de voto, fazendo com que as candidaturas femininas tivessem maior simpatia do eleitorado do que as candidaturas masculinas. Números parecidos divulgados pela pesquisa do Instituto IBOPE em junho confirmaram a liderança feminina nas intenções de voto à Presidência.

Quanto ao atual pleito, percebemos que houve um aumento substancial nas candidaturas femininas para os cargos proporcionais que, no entanto, não foi acompanhado de uma elevação no número de cadeiras conquistadas por mulheres na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Estaduais. Em 2006, o percentual de mulheres que concorreram a deputadas federais foi de 12,6%. No atual pleito, 19,4%. Um incremento de 56% no número de candidaturas femininas, mas que, devido à falta de incentivo por parte dos partidos políticos às candidaturas femininas, resultou em retrocesso. Para o cargo de deputada estadual/distrital o aumento de candidaturas femininas em relação a 2006 foi de 59,2%, no entanto, foram eleitas apenas 10,5% a mais de mulheres. Para a Câmara Federal foram eleitas 45 deputadas, o mesmo número que na eleição passada.

No Senado Federal, a composição da bancada feminina teve melhor desempenho, pois o número de candidatas em relação a 2006 diminuiu e manteve-se a proporção de eleitas. Na eleição passada, a renovação foi de um terço e foram eleitas quatro senadoras. Para o atual pleito, a renovação foi de dois terços e oito mulheres foram eleitas. A bancada feminina no Senado passará de 11 para 12 senadoras, contando suplentes que assumirão os cargos. O resultado, entretanto, ainda está muito aquém de tirar o Brasil da posição no ranking internacional da presença feminina nos espaços de Poder.

A igualdade existe na Lei, porém, são necessários esforços específicos para que ela se incorpore no cotidiano dos indivíduos, das instituições e dos governos. Freire [[3]](#footnote-3) (2007, p. 15) nesse sentido argumenta:

[...] a presença das mulheres em cargos legislativos e executivos nas

esferas de poder da federação são ainda muito baixas, a despeito da existência

de uma lei de cotas aprovada há uma década. As eleições de 2006

apontam para as imensas dificuldades de se ampliar a presença feminina

nos espaços de representação. Por mais que tenham conquistado espaço

no mundo do trabalho e apresentem níveis educacionais superiores aos

masculinos, as mulheres ainda ocupam menos reduzidas participação na

Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Nestas eleições a média de candidaturas de mulheres foi de 21%. Alcançamos hoje o que a lei previa em 1995. A confirmação do baixo índice de presença das mulheres no Parlamento pode ser creditada ao descaso dos partidos políticos. Os partidos são as instituições mais resistentes a abrir-se à participação política das mulheres. Existe uma correlação de forças, uma natural disputa por espaços de poder, uma vez que, cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina. Dessa forma, a inserção da mulher na política brasileira acontece não através da política formal, mas através de sua atuação em instituições da sociedade civil. Além disso, os estudos feitos nos últimos anos constataram que os eleitores estão mais dispostos a votar tanto em homens quanto em mulheres, em igualdade de condições; enquanto os partidos, e, sobretudo as elites políticas, mostram um conservadorismo exacerbado.

“Por outro lado, as instituições “tradicionais”, como os partidos políticos e os

sindicatos , no caso particular da América Latina e do Brasil em especial,não têm estimulado a participação feminina. “Ao contrário, críticas sérias são feitas ao desinteresse que tais instituições têm revelado muitas vezes, pelas questões que interessam especialmente às mulheres, em geral não incluídas na agenda das reuniões e conferências”. (TABAK. 2002. p. 40)

“Maior representação nos espaços de poder potencializa o papel da mulher na sociedade e é condição essencial para um novo projeto nacional de desenvolvimento. Só com a efetiva participação feminina no parlamento brasileiro, consciente e sem tutela, o nosso país será capaz de se tornar uma nação verdadeiramente democrática, forte e soberana”.

Assim o grande desafio é derrubar a cultura histórica “de que a mulher não serve para a política”,que persistem, achando formas de ação política em conexão com as múltiplas influências, pressões e convergências, para transformar em expressões de democracia e exercício da cidadania e articuladas podendo provocar mudanças rumo à construção da justiça social e da cidadania.

A democracia deve ser um governo pelo povo, do povo e para o povo. A falta da presença de mulheres no parlamento dificulta o exercício da democracia representativa no Brasil, é inegável a contribuição das mulheres na construção da democracia e da cidadania, não apenas por elas constituírem a maior parcela da população brasileira, mas pela possibilidade concreta de agregar a sua experiência, a sua história e a sua sensibilidade à elaboração de leis e à construção de políticas públicas sob a ótica da equidade de gênero e, por isso mesmo, transformadoras das relações sociais.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto comprovamos que nos últimos anos, houve avanços na construção dos direitos políticos das mulheres brasileiras. O papel dos movimentos feministas foi fundamental nesse percurso. Com sua articulação e mobilização, eles foram decisivos para elaboração de leis e políticas públicas voltadas a eliminar as desigualdades entre homens e mulheres, no espaço público e privado.

Porém, ainda persiste uma ótica sexista e discriminatória. Apesar de mais da metade da população brasileira ser feminina, a representatividade das mulheres nos quadros dos poderes públicos e nas instâncias decisórias está muito longe dessa porcentagem.

Faze-se necessário entender que o processo de desenvolvimento do país e a democracia representativa não existem sem a presença feminina. Portanto, garantir uma maior representação feminina no parlamento é, no mínimo, uma medida de aperfeiçoamento da democracia.

Há a necessidade de repensar o sistema político partidário brasileiro, para que seja eliminadas e combatidas todas as formas de discriminação, desigualdade e abuso, lutando pela construção de uma sociedade democrática, ética e acolhedora da representação de diversos segmentos sociais.

“Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os

mesmos; e aquele que vota contra o direito do outro, seja qual for sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou os seus” (CONDORCET, 1991, p. 23).

É preciso aprofundar o debate sobre a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: cultura patriarcal, desvantagens das mulheres nos processos políticos eleitorais. Para favorecer o envolvimento das mulheres com a política representativa propostas para a realização de uma ampla e democrática Reforma Política

**REFERÊNCIAS**

BURGESS, M. **Federalism and Federation**: a reappraisal. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

CFEMEA**. Os direitos das mulheres e o legislativo no Brasil**. Artigo cientifico. Disponível em<http://www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes\_detalhes.asp?IDLivro=3>. Acesso em: 31 out. 2010.

CONDORCET et al. **Palavras de homens**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Instituto de Pesquisas e Projetos sociais e Tecnológico **(IPSO)**. Disponível em: http://www.ipso.org.br/. Acesso em 01 out. 2010.

MARCHI, Carlos. **Maioria acha que mulheres podem melhorar a política**. São Paulo: Nacional, 2008.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil***.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis e; NEGRÃO, Telia. **Mulheres, direitos humanos e políticas públicas de gênero**. In: Relatório azul*:* garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: CORAG, 2004.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

Tribunal Superior Eleitoral **(TSE).** Disponível em: http://www.tse.gov.br/internet/index.html. Acesso em 01 out. 2010.

Secretária de Política Públicas para Mulheres **(SPM).** Disponível em: http://www.sepm.gov.br. Acesso em 01 out. 2010.

1. Paper apresentado para obtenção de nota parcial referente ao 3º período do curso de Direito da UNDB, nas discplinas Direito Constitucional I e Sociologia Jurídica ministradas respectivamente pelos Profs: Msc. Ana Paula Antunes Martins e Msc. Rafael Silva.

   \*Graduanda no curso de Direito da Universidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB).

   \*\*Graduanda no curso de Direito da Universidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). [↑](#footnote-ref-1)
2. VALENTE, Virginia Vargas. *Presupuestos sensibles al género*: las experiencias en América Latina.

   Documento apresentado no Painel de Direito Internacional "Presupuestos nacionales para la equidad”. Quito. Disponível em: <www.unifemandina.org/docu.html>. Acesso em 31 out. 2010. [↑](#footnote-ref-2)
3. Fonte: II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, editada pela Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2007. [↑](#footnote-ref-3)